



Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas aos exercícios findos em 31/12/2018 e 2017. Colocamo-nos à sua disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários. A Administração

Balancos Patrimoniais

Exercícios findos em 31/12/2018 e 2017		(Em milhares de reais)	
	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Ativo circulante		4.558	4.565
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.598	923
Títulos e valores mobiliários	6	2.492	2.224
Contas a receber de clientes	7	444	537
Impostos a recuperar			80
Outros ativos		24	80
Não circulante		73.358	62.878
Imobilizado	8	73.234	62.750
Intangível		124	128
Total do ativo		77.916	67.443

Exercícios findos em 31/12/2018 e 2017		(Em milhares de reais)	
	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Passivo circulante		13.469	3.451
Empréstimos e financiamentos	9	1.372	1.270
Fornecedores	10	6.396	1.806
Salários, férias e encargos sociais		12	11
Impostos e contribuições sociais a recolher		109	210
Provisões de constituição de ativos	11	93	129
Mútuo - Partes relacionadas	13.1	5.473	25
Outros passivos		24	25
Não circulante		43.524	43.815
Empréstimos e financiamentos	9	29.601	30.673
AFAF - partes relacionadas	13.1	13.923	13.142
Patrimônio líquido	14	20.923	20.177
Capital social		24.927	24.927
Prejuízo acumulado		(4.004)	(4.750)
Passivo e patrimônio líquido		77.916	67.443

reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado. **Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **Desreconhecimento - Ativo financeiro:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. **Passivo financeiro:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. **Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente em direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.2 Redução do valor recuperável: Ativos financeiros não derivativos - Instrumentos financeiros e ativos contratuais:** A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ativos de contrato. A Companhia mensura as provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato em uma base de custo amortizado e análises quantitativas qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking). **Mensuração das perdas de crédito esperadas:** As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a uma Companhia e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas à taxa de juro efetiva do ativo financeiro. **Ativos financeiros com problemas de recuperação:** Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrerem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. **Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial:** A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. **Baixa:** O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos de recuperação de crédito. **Ativos em recuperação:** Os ativos em recuperação são aqueles que a Companhia revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31/12/2018 e 2017 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil líquido de um ativo financeiro em recuperação é maior do que o valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuídas à venda do ativo ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um ativo similar, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. **3.3 Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, considerada como mais provável que não haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são reconhecidas em um contrato de transação se a obrigação de desempenho de desempenho estiver no contrato e a obrigação de desempenho estiver no contrato. **3.4 Imposto de renda e contribuição social - Imposto de renda:** O imposto de renda é reconhecido a valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE, é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação é calculada com base na quantidade de energia vendida pelo PLD. **3.7 Recreios financeiros e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa, e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidos pelo método de juros efetivos. A Companhia classifica os juros pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento porque são custos na obtenção de recursos financeiros.

Demonstrações do Resultado

Exercícios findos em 31/12/2018 e 2017		(Em milhares de reais)	
	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Receita operacional líquida	15	6.738	6.374
Custos operacionais	16	(2.579)	(2.693)
Encargos do uso da rede elétrica - CUST		(27)	-
Custos dos serviços prestados		(224)	(366)
Depreciação e amortização		(2.328)	(2.327)
Lucro bruto	4.159	3.681	
(Despesas) Receitas operacionais	16	(426)	(465)
Administrativas e gerais		(166)	(185)
Pessoal		(252)	(243)
Depreciação e amortização		(8)	(8)
Honorários da diretoria e conselho de administração		(8)	(29)
Lucro antes do resultado financeiro	3.733	3.216	
Despesas financeiras	17	(2.940)	(3.120)
Receitas financeiras	17	221	248
Lucro líquido antes do IR e da CS	17	(2.191)	(2.872)
IR e CS correntes	18	(268)	(261)
Lucro do exercício	746	83	

Demonstração do Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31/12/2018 e 2017		(Em milhares de reais)	
	31/12/2018	31/12/2017	
Lucro do exercício	746	83	
Outros resultados abrangentes	-	-	
Total do resultado abrangente do exercício	746	83	

Em serviço	Taxa	31/12/2017	Adições	31/12/2018
Edificações	3%	1.800	-	1.800
Máquinas e Equipamentos	4%	62.178	-	62.178
Móveis e Utensílios	6%	4	13	17
Em curso				
Edificações	-	-	-	-
A Rater 1	-	1.225	1.225	-
Adiantamento a Fornecedor	-	4.647	4.647	-
Sistema de Conexão e Transmissão	-	2.043	6.931	8.974
Total do custo do imobilizado		66.245	12.816	79.061
Depreciação		(3.495)	(2.332)	(5.827)
Edificações		(1)	(7)	(8)
Máquinas e Equipamentos		(3.484)	(2.325)	(5.809)
Total do imobilizado líquido		62.750	10.484	73.234

Imobilizado em curso - a rater: foram registrados os custos realizados em benefício da obra, como um todo, que não eram passíveis de alocação direta ao custo do respectivo bem e direito. Estes gastos, ao final da construção, foram rateados e alocados ao ativo imobilizado em serviço, segundo critérios de unitização, conforme orientado do Manual de Controle Patrimonial da ANEEL.

9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Instituições financeiras/ credores	Venci-mento	(% a.a.)	Circulante	Não circulante - Principal
BNDSES	15/10/2017	TJLP+	101	1.271
	2032	2,18%	1.372	2.960
			1.270	20.601
			30.673	

Recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES: Em 07/03/2016 a Companhia, em conjunto com suas coligadas Energia dos Ventos I S.A., Energia dos Ventos II S.A., Energia dos Ventos IV S.A., e a controlada Windepar Holding S.A., celebrou com Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES contrato de financiamento de abertura de crédito número 15.2.077.81, cujo montante original financiado, para a Energia dos Ventos II S.A., é de R\$ 32.220, com o objetivo de alongamento da dívida. O contrato de longo prazo, tem encargos que podem ser resumizados da seguinte forma: 2,18% ao ano + TJLP, sendo que a primeira amortização iniciou-se em 15/11/2016 e a última será em 15/10/2032. O contrato com BNDES estabelece apuração anual de cláusula restritiva, a qual institui que a Companhia deverá manter, durante todo o período de amortização do contrato, a classificação de investimento de nível II e III em demonstrações contábeis, no mínimo, igual ou superior a 1,30. Em 31/12/2018 o ICSD Consolidado foi cumprido. A Companhia tem cumprido com os covenants qualitativos e quantitativos durante o ano de 2018, decorrentes dos contratos de financiamento celebrados pela Companhia. O não cumprimento dessas cláusulas restritivas acarreta o vencimento antecipado da dívida. (A) Movimentações de empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas são compostas da seguinte forma:

Moeda	Ingresso	Encargos	Amortização	31/12/2018	31/12/2017
Nacional	31.943	-	2.770	(1.220)	(2.520)
BNDSES	-	-	-	2.960	30.973

(b) As parcelas relativas ao financiamento (principal) atualmente classificadas no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos:

2020	2021	2022	2023	Após 2022	Dívida Total
2.468	2.669	2.887	3.123	41.293	52.440

10. FORNECEDORES

Materiais e Serviços	31/12/2018	31/12/2017
	6.396	1.806

11. PROVISÕES DE CONSTITUIÇÃO DE ATIVOS

Máquinas e Equipamentos	31/12/2017	Realizações	31/12/2018
	129	(46)	83

As provisões de constituição de ativos são decorrentes dos custos do ativo imobilizado referente à sua fase de implantação, reconhecidas contabilmente, as quais ainda não houve desembolso financeiro, os mesmos serão desembolsados financeiramente de acordo com o cronograma, conforme a evolução desses eventos essas provisões serão substituídas pelo faturamento de fornecedores, onde sua contrapartida foi registrada no ativo imobilizado em curso.

12. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia reconhece em suas demonstrações contábeis os processos classificadas como prováveis de perda, e com relação aos processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível, são divulgadas em nota explicativa. Em 31/12/2018, a Companhia não possui processos com classificação possível.

13. PARTES RELACIONADAS

Transações com partes relacionadas: Todas as transações com partes relacionadas podem ser assim demonstradas:

Natureza da operação	Taxas	Partes relacionadas	31/12/2018	31/12/2017
Mútuo a pagar	CDI a.a.	Windepar Holding S.A.	(5.473)	-
AFAF		Windepar Holding S.A.	13.923	13.142

Entre janeiro e dezembro de 2018 a Companhia necessitou de recursos oriundos da Windepar Holding S.A., em 09/01/2018 a Companhia recebeu o valor de R\$ 781, como AFAF sem característica de irrevogável e irretirável e, em 14/06/2018 celebrou-se contratos de mútuo, no valor de R\$ 1.325, o recurso foi utilizado para pagamento da 1ª parcela do principal mais juros referente à 1ª emissão de debêntures simples, e quitado dentro do período. Em 20/09/2018 e 18/12/2018, celebraram contratos nos valores de R\$ 4.573 e R\$ 1.300 respectivamente, ambos utilizados para investimento na linha de transmissão do parque eólico. A Companhia é controlada pela Windepar Holding S.A., a Windepar Holding S.A. é controlada pela Alupar Investimento S.A., a Alupar Investimento S.A. é controlada pela Guarupart Participações Ltda. **Garantias: Empresa Garantidora - Data da Autorização - Órgão Autorizador - Contrato - Garantia - Início do Contrato - Encerramento do Contrato - Valor do Contrato - Saldo devedor do contrato em 31/12/2018:** Alupar/Windepar - 14/12/2015 - Conselho de Administração - Contrato de financiamento - BNDES - nº 15.2.077.81 - Prestação de garantias - Alupar - fiança corporativa, penhor de ações, cessão fiduciária, direitos creditórios dos CCEARs, dos CCEVs (3,2 MW médios), outros, contratos de CVEE no ACLV/ACR, direitos de receitas oriundos do projeto, direitos da Conta Centralizadora, Conta Reserva do serviço da Divida, do Contrato de O&M e da Conta Reserva Especial - Windepar: Direitos da Conta Reserva Especial da Holding e dos contratos de mútuo e fiança corporativa. - 11/02/2016 - 15/10/2032 - 32.200 - 30.986. **Remuneração da alta administração:** De acordo com o estatuto social da Companhia, caberá ao Conselho de Administração a distribuição da remuneração global fixada a ser paga aos membros da diretoria e Conselho de Administração da Companhia. Em AGO de 2018 a Companhia realizou em 30/07/2018, os membros do Conselho de Administração e Diretoria renunciaram a qualquer remuneração. O plano de remuneração é rateado e assumido entre as demais partes relacionadas.

	31/12/2018	31/12/2017
Benefícios de curto prazo (a)	-	29
(a) Compostos por ordenados, salários e benefícios não monetários (tais como assistência médica, moradia, automóveis e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados).		

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social: O capital subscrito e integralizado em 31/12/2018 e 2017 é de R\$ 24.927 dividido em 24.926.816 ações ordinárias, conforme segue:

	31/12/2018	31/12/2017		
Acionistas	Ordinárias	Ordinárias		
Quantidade	%	Quantidade	%	
Windepar Holding S.A.	24.926.815	99,99	24.926.815	99,99
AF Energia S.A.	0,01	1	0,01	
Total das ações	24.926.816	100,00	24.926.816	100,00

15. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2018	31/12/2017	Inde-xador	Taxa	31/12/2018	I	II	pro-III	IV
Receita Bruta	7.027	6.667							
Suprimento de energia e Ajuste positivo CCEE	(7.027)	(6.667)							
Deduções	(289)	(293)							
IR (42)									
COFINS (211)		(195)							
TSFE (32)		(56)							
Receita operacional líquida	6.738	6.374							

16. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	31/12/2018	31/12/2017
Custos não gerenciáveis	(35)	(8)
Encargos de uso da rede elétrica	(27)	-
Doações	(8)	(8)
Custos gerenciáveis	(216)	(358)
Seguros	(33)	(63)
Aluguéis	(27)	-
Res (252)		(284)
Honorários da diretoria	(19)	(1)
Material	(149)	(136)
Serviços de Terceiros	(15)	(2)
Outros	(2)	(7)
Depreciação e Amortização	(2.328)	(2.327)
	(2.579)	(2.693)
	(426)	(465)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31/12/2018 e 2017		(Em milhares de reais)	
	Capital social	Lucro (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 01/01/2017	24.927	(4.833)	20.094
Lucro do exercício		83	83
Saldos em 31/12/2017	24.927	(4.750)	20.177
Lucro do exercício		746	746
Saldos em 31/12/2018	24.927	(4.004)	20.923

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Energia dos Ventos II S.A. ("Energia dos Ventos" ou "Companhia"), com sede na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.996, 13º andar, Vila Olímpia, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ nº 15.319.876/0001-72, por constituição em 07/03/2012. A Companhia tem por objeto social a implantação, operação, manutenção e exploração das instalações de geração eólica, e seu sistema de transmissão, associada às demais obras complementares, conforme descrito no Edital de Leilão nº 07/2011 - ANEEL. A Companhia foi autorizada pela Portaria 428 de 16/07/2012 a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Ubatuba, consistindo de sete unidades geradoras de 1.800 kW, totalizando 12.600 kW de capacidade instalada e 5.800 kW médios de garantia física de energia, localizada no Município de Aracati, Estado do Ceará. Em 06 janeiro de 2015 a Companhia protocolou na ANEEL a solicitação de alteração de característica técnica passando a ter seis Unidades Geradoras de 2.100 kW, totalizando 12.600 kW de capacidade instalada e 6.097 kW médios de garantia física. A ANEEL analisou a solicitação através da Resolução Autônoma nº 5.652 de 23/02/2016. Vinculada à autorização dada a Companhia como Produtora Independente de Energia Elétrica, foram pactuados Contratos de geração e transmissão de energia regulada com o Estado do Ceará e com diversas concessionárias de distribuição que participaram do Leilão nº 07/2011, que teve por objetivo a Contratação de Energia proveniente de novos empreendimentos de geração, a partir de fonte hidroelétrica, eólica, e termelétrica a biomassa ou a gás natural em ciclo combinado (A-5/2011), no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), promovido pela ANEEL. **Autorização da ANEEL para início das operações comerciais:** Através do Despacho nº 3.139 de 21/12/2018, resolveu definir o início de operação comercial a partir do dia 22/12/2018. A autorização de exploração da geração eólica vigorou pelo prazo de cinco anos, a contar da data da assinatura do presente (até julho de 2047). Não há previsão de renovação da concessão, obrigação de entrega dos ativos ou direito de indenização ao final do prazo de concessão.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das Demonstrações Contábeis em 13/03/2019. **2.1 Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2 Base de preparação e apresentação:** As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de preparação e a valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. **2.3 Mo**